COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

PARECER N.º /2020.

PROJETO DE LEI N.º 61/2020.

OBJETO: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE FOMENTO AO SETOR CULTURAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR: PREFEITO JOSÉ GOMES BRANQUINHO.

RELATOR: VEREADOR ALINO COELHO.

1 - Relatório

Trata-se do Projeto de Lei n.º 61/2020, de autoria do Prefeito José Gomes Branquinho, que dispõe sobre a criação do programa emergencial de fomento ao setor cultural no âmbito do Município de Unaí, e dá outras providências..

Recebido o Projeto, sob comento, foi distribuído à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos a fim de exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

O Presidente desta Comissão recebeu a proposição e autodesignou-se para relator da matéria.

2 – Fundamentação

2.1-Competência

2.1.2 Da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos:

A Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos por força do disposto no art. 102, I, “a”, “g” e “i”, do Regimento Interno desta Casa Legislativa é competente para apreciação da matéria constante do Projeto de Lei nº 22/2020, senão vejamos:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

I - à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos:

a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;

2 (...)

g) admissibilidade de proposições;

(...)

i) técnica legislativa de todas as proposições do processo legislativo;

2.1.3 Do Município:

O Município detém plena competência para legislar a respeito do objeto em tela, nos termos dos artigos 30, I, e 215 e 216-A da Constituição Federal, senão vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

§ 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

I - diversidade das expressões culturais;

II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;

IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;

V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;

VII - transversalidade das políticas culturais;

VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;

IX - transparência e compartilhamento das informações;

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;

XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;

XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

(...)

§ 3º Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo.

§ 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias.

Ainda sobre a competência, a Lei Orgânica Municipal dispõe em seu artigo 9º que nos termos de sua autonomia, o Município assegura o direito à cultura. Ademais, no inciso III do artigo 18 diz que compete ao “*Município legislar sobre os seguintes assuntos, entre outros, em caráter regulamentar, atendidas as peculiaridades dos interesses locais e as normas gerais da União e as suplementares do Estado sobre: III - educação, cultura, ensino e desporto.*”

Além do mais, a Lei Orgânica Municipal dispõe em seu artigo 199 que:

Art. 199. O Poder Público garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais, para o que incentivará, valorizará e difundirá as manifestações culturais, mediante, sobretudo:

I - criação e manutenção de museus e arquivos públicos;

II - adoção de medidas adequadas à identificação, proteção, conservação, revalorização e recuperação do patrimônio cultural, histórico, natural e científico do Município;

III - incentivos fiscais que estimulem as empresas privadas a investirem na produção cultural e artística;

IV - adoção de ação que impeça a evasão, distribuição e descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, científico, artístico e cultural;

V - estímulo à atividade de caráter cultural e artístico.

Parágrafo único. O Município, com a colaboração da comunidade, prestará apoio para a preservação das manifestações culturais locais.

3. Da Urgência do Tema:

É notória a urgência do tema, uma vez que o projeto visa fomentar o setor cultural em face dos efeitos gerados pela Pandemia, momento emergencial oficializado pelo Decreto Federal n.º 6 que admitiu a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020,

Diante disso, vê-se que tal legislação tem ínfimo tempo para ser analisada, sendo, portanto inviável o estudo delongado sobre o mesmo. De outro lato, a matéria é fruto de um programa nacional instituído pela Lei Federal n.º 14 017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020.

A citada Lei Federal prevê em seu artigo 3º que os recursos destinados serão executados de forma descentralizada, mediante transferências da União aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, preferencialmente por meio dos fundos estaduais, municipais e distrital de cultura ou, quando não houver, de outros órgãos ou entidades responsáveis pela gestão desses recursos.

Deu-se, por conseguinte, a iniciativa do Projeto de Lei sob comento para realizar a instituição de programa municipal a fim de oportunizar a destinação do recurso publico destinado por intermédio da Lei Federal n.º 14.017, de 2020.

Diante da data de 31 de dezembro de 2020 para demarcar o fim do estado de calamidade (caso não seja prorrogado), vê-se a urgência nítida da matéria que justifica um **regime de urgência** mesmo sem o pedido formal para tal.

Mais rigor de urgência ainda prevê o parágrafo 2º do artigo 3º da Lei Federal citada que diz, claramente, que *“os recursos não destinados ou que não tenham sido objeto de programação publicada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a descentralização aos Municípios deverão ser automaticamente revertidos ao fundo estadual de cultura do Estado onde o Município se localiza ou, na falta deste, ao órgão ou entidade estadual responsável pela gestão desses recursos.”*

Ora, o processo não pode ser um fim em si mesmo, daí a urgência de apreciação deste matéria num curto espaço de tempo para ser implantado e otimizado. Corrobora com a boa aplicação do projeto sob análise com a devida segurança legal o fato de está atrelado e subjugado à Lei Federal n.º 14.017, de 2020, norteadora do benefício que já regulamentou as diretrizes a serem rigidamente observadas, conforme prevê todo o texto do projeto.

4. Do Programa Criado:

A matéria tem a intenção clara de criar um Programa Emergencial de Fomento ao Setor Cultural, **restrito as situações emergenciais e que afetem diretamente o funcionamento deste setor**, ao passo que a Lei Federal n.º 14.017, de 2020, dispôs sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020,

Viu-se, na análise da matéria, que o projeto de Unaf cria subsídio mensal e prevê a apresentação de editais para recebimento de recursos (incisos I e II do artigo 4º) deixando de contemplar a modalidade **de renda emergencial mensal**, prevista na Lei Federal n.º 14.017 de 2020, conforme abaixo se transcreve:

Art. 2º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para aplicação, pelos Poderes Executivos locais, em ações emergenciais de apoio ao setor cultural por meio de:

I - renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura;

II - subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social; e

III - editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais.

*§ 1º Do valor previsto no **caput** deste artigo, pelo menos 20% (vinte por cento) serão destinados às ações emergenciais previstas no inciso III do **caput** deste artigo. (Lei Federal n.º 14.017, de 2020).*

Resta a observação, porém, que a Mensagem que encaminha a matéria não adentrou nos motivos da citada escolha de não contemplar **renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura**, mas conforme delineado no tema da competência neste Relatório, o Município, por intermédio do Autor da matéria, tem **competência** para elaborar o formato do programa de emergencial e afirma na respectiva Mensagem que:

“O referido Projeto de Lei foi elaborado a partir de modelos de minutas confeccionadas pela Consultoria Técnica da Associação dos Municípios do Noroeste de Minas – AMNOR, e ainda conforme Notas técnicas nº 54/2020 e 57-A da Confederação Nacional dos Municípios – CNM. A parte orçamentária foi confeccionada pelo Doutor Danilo Bijos, Economista desta Municipalidade.”

5. Do Ano Eleitoral:

Registre-se, neste estudo, que o ano de 2020 é ano de eleições municipais previstas para o dia 14 de novembro, restando a dúvida para alguns de que a ação de criar programa com o fito de distribuir renda possa ser vedada pela Lei Eleitoral. Ocorre que a mesma Lei Eleitoral também traz condutas ressalvadas.

“Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

(...) § 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração pública, exceto nos casos de (Fls. 2 da Mensagem nº 386 de 9/10/2020) calamidade pública, de estado de emergência ou de sua execução financeira e administrativa (incluído pela Lei 11.300, de 2006)”.

Não prevalece dúvida acerca do enquadramento da iniciativa do autor na ressalva transcrita , baseando-se na disposição do Decreto Legislativo Federal n.º 6/2020 foi reconhecida, para fins do artigo 65 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Brasil, nos termos da solicitação do Presidente da República, bem como no Município, conforme foi declarada a situação de emergência em saúde pública através do Decreto Municipal n.º 5.293, de 16 de março de 2020 e o Estado de Calamidade Pública através do Decreto Municipal n.º 5.385, de 13 de julho de 2020, reconhecido pela Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais por meio da Resolução n.º 5.555, de 12 de agosto de 2020.

6. Disposições Finais:

Quanto ao mérito da proposição epigrafada, este deverá ser examinado pelas comissões competentes, que a esta sucederão, conforme distribuição do Presidente da Casa.

Sugere-se o retorno da matéria a esta CLJRDH para que seja dada forma à matéria, a fim de que seja aprovada segundo a técnica legislativa para correção de eventuais erros de linguagem, defeitos ou erros materiais, em conformidade com o disposto no artigo 275 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

7 - Conclusão:

Em face do exposto, vota-se pela aprovação do Projeto de Lei n.º 61/2020.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 19 de outubro de 2020.

VEREADOR ALINO COELHO
Presidente da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos
Relator Autodesignado